

Encontros Internacionais

Glória Kreinz*

O primeiro semestre de 1991 representa um marco nos Estudos de Comunicação tanto que o pesquisador atento não pode deixar de refletir sobre este momento, pois ele vem marcado por eventos históricos/culturais de importância significativa para os anos 90.

É o momento em que estudiosos se reúnem na Turquia, no encontro intitulado Poucas Vozes, Muitos Mundos e refletem, na terceira Mesa Redonda Mac Bride, sobre a Guerra do Golfo e a importância dos Meios de Comunicação de Massa neste acontecimento. É o momento também em que os países da América Latina e do Terceiro Mundo se reúnem em dois sucessivos encontros, um do Perú, outro no México, para discutirem o problema da democratização dos mídias e as diferenças acarretadas por segmentos regionais, com características típicas e particulares.

Conceituando, em síntese, há apresentação de documentos redigidos em diferentes partes do mundo, com uma marca específica: **A Preocupação com a democratização dos Meios de Comunicação de Massa**. Esta preocupação é um dos signos da modernidade impresso no início dos anos 90. Um breve relato desses encontros permite decodificar esta vertente assinalada.

I - POUCAS VOZES, MUITOS MUNDOS

A terceira Mesa Redonda Mac Bride realizou-se no final de uma conferência, "Os Meios Noticiosos e o Conflito Internacional", que analisou criticamente o papel que desempenharam os MCM durante a guerra do Golfo Pérsico. A Mesa Redonda teve lugar no dia 21 de junho de 1991 em Estambul, Turquia. Participaram quase trinta pesquisadores em 14 países e 18 organizações não-governamentais. Juntos se comprometeram a procurar os valores inspirados pelos ideais do falecido Sean Mac Bride. Concluíram que a democratização das comunicações deverá basear-se na força das coligações nacionais unidas em um esforço de cooperação internacional sobre a base da independência, da igualdade e do benefício mútuo. A nova fronteira para o sucesso dos valores e direitos humanos seria a fronteira cultural. É neste campo que se deverá reconhecer que os princípios do Informe Mac Bride são hoje mais válidos que nunca.

II - POLÍTICAS CULTURAIS AUDIO VISUAIS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Na cidade do México, entre 11 e 13 de março de 1991, realizou-se uma reunião de especialistas sobre as Políticas Culturais Audio-Visuais na América

* Dra. em Ciências da Comunicação. Pesquisadora do Núcleo José Reis de Divulgação Científica - ECA/USP.

Latina e no Caribe, financiada pela UNESCO e organizada pelo Instituto para América Latina (IPAL), com sede em Lima, Perú, o Instituto Mexicano de Cinematografia (INCINE), e o Conselho Nacional para a Cultura e as Artes, do México.

O item mais importante da reunião foi um plano de ação de seis anos para o espaço audio-visual latino-americano e caribenho.

Este plano se define como um processo de mobilização regional, a partir de cada localidade e cada país, destinado a criar consciência sobre a relação entre espaço audio-visual e identidade cultural, e a culminar em um Encontro Regional de audio-visual a realizar-se no término dos seis anos, coincidindo com a década de desenvolvimento cultural estabelecida pela UNESCO (1988-1997). Esta preocupação regional foi vista como uma das formas mais eficazes para conseguir a democratização dos mídias e a participação de um número maior de produtores culturais conscientes atuando nos Meios de Comunicação de Massa.

III - COOPERAÇÃO SUL/SUL NO CAMPO DAS COMUNICAÇÕES: REUNIÃO TRICONTINENTAL

De 01 a 04 de abril de 1991 em Lima, no Perú, realizou-se o encontro intitulado "Cooperação Sul/Sul no Campo das Comunicações: Reunião Tricontinental". O evento foi apoiado pela UNESCO e convocado pelo *African Council on Communication Education* (ACCE), com sede em Nairobi; o *Asian Mass Communication Research and Information Center* (AMIC), radicado em Singapura e o Instituto para América Latina (IPAL) que recepcionou o evento.

Participaram também a Associação Latino Americana de Pesquisadores da Comunicação (ALAI), a Federação Latino-Americana de Faculdades de Comunicação Social (FELEFACS), o Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina (CIESPAL), a revista Chasqui, a União Latina, o *International Development Research Center* do Canadá, o Centro Internacional Crocevia da Itália, a Associação Mundial para as Comunicações Cristãs (WACC) e outros organismos internacionais.

Segundo Rafael Roncagliolo, "as metas do encontro foram bastante precisas: revisar a situação das comunicações nos três continentes, estabelecer acordos concretos de cooperação em matéria de pesquisa, documentação, publicações, intercâmbios de informação e entrosamento".

Os participantes concordam que não se emitisse nenhuma declaração de princípios. Todos os acordos apontam mecanismos de publicação conjuntas, desde o planejamento de atividades de cooperação inter-regional até a interconexão de bases de dados por vias eletrônica.

IV - CONCLUSÃO

Os três eventos realizados publicaram documentos que legitimam uma leitura voltada para o aspecto crítico da consciência regional, aflorando como parte integrante da realidade do universo das comunicações.

A afirmação do regional leva, por outro lado, à integração a partir de fatos específicos, com o universo internacional. Só a partir do conhecimento de realidades particulares e da adaptação do particular ao universal, conservando o signo da autenticidade, é que se consegue a verdadeira democratização da Cultura de Massa.

Carta de Belo Horizonte*

A formação de uma rede mundial de jornalismo ambiental e a criação de uma agência de informações para facilitar o intercâmbio e o acesso dos profissionais e estudantes de comunicação social às informações sobre assuntos de meio ambiente e desenvolvimento estão entre as principais decisões retiradas do Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Green Press, realizado em Belo Horizonte entre os dias 20 e 24 de maio, último. Dos quatro dias de debates realizados nos auditórios do Minas centro surgiu a "Carta de Belo Horizonte", documento contendo os princípios éticos dos profissionais de comunicação e ambientalistas onde foram estabelecidas normas que visam garantir à sociedade o direito à informação sobre a área ambiental bem como a liberdade dos jornalistas na execução de seu trabalho de forma a cumprir tais objetivos. A concentração dos meios de comunicação e a influência econômica governamental ou privada sobre as linhas editoriais também foram condenados pelos participantes do Green Press.

Elaborada através de um processo de votação em plenário e avalizada por representantes de 30 países, entre eles o Brasil, a Carta de Belo Horizonte será apresentada aos participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco Rio 92. Organizado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e Organização Internacional dos Jornalistas (OIJ), o encontro contou com a presença de 955 participantes - jornalistas, estudantes e ambientalistas -, dos quais 130 estrangeiros. Vale lembrar que no dia quatro de outubro do ano passado, o Green Press foi incluído na agenda da Conferência do Rio como evento oficial paralelo, conforme ofício assinado pelo presidente do Grupo de Trabalho Nacional, Carlos Moreira Garcia.

Nós, participantes do Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e desenvolvimento - Green Press - profissionais e estudantes da comunicação, especialistas de diversas áreas do conhecimento, e representantes de diversos setores da sociedade ligados às questões do meio ambiente e do desenvolvimento, reunidos em Belo Horizonte, de 20 a 24 de maio de 1992, consideramos:

- Que a Comunicação Social é o principal instrumento para compreender uma emergente comunidade global, interligada e interdependente;
- Que a existência de uma comunicação democrática está comprometida pela desigualdade na distribuição de recursos e acesso aos meios de comunicação, pela concentração desses recursos e meios em mãos de grupos econômicos, pela censura e outras formas de controle governamental;
- Que o acesso e a participação da sociedade civil organizada no processo de informação são as principais formas de garantir a autodeterminação e a soberania dos povos.

Declaramos a nossa adesão aos seguintes princípios éticos e fazemos as seguintes recomendações.

* Esta carta foi aprovada em Assembléia Geral realizada no dia 23 de maio de 1992 com os participantes do Green Press.

Princípios Éticos:

1. O direito à informação sobre questões ambientais e de desenvolvimento é fundamental para todos os povos, porque delas depende o futuro da humanidade.
2. Todas as pessoas têm o direito de serem oportunamente e corretamente informadas sobre as questões ambientais, e os profissionais de comunicação devem ter o compromisso de expressarem suas opiniões através dos meios de comunicação social, sem restrições de qualquer ordem.
3. Os meios de comunicação social devem servir à sociedade, e esta tem o direito de influenciar e participar das decisões sobre políticas para o setor, assim como de exigir da imprensa a responsabilidade por suas ações.
4. A censura e qualquer outra forma de controle sobre a comunicação social constituem violação do direito à informação.
5. A pluralidade dos meios de comunicação social e o livre acesso às fontes são condições essenciais para o exercício do direito à informação.
6. São empecilhos ao direito à informação a concentração da propriedade dos meios de comunicação social e a influência econômica governamental ou privada sobre as linhas editoriais.
7. É dever dos meios de comunicação social e dos jornalistas informar sobre opções de desenvolvimento que promovam o acesso de todos ao bem estar sem causar danos ao meio-ambiente.
8. A imprensa deve proporcionar informações que permitam ao público obter um retrato claro, preciso, objetivo e não fragmentado da realidade.
9. São deveres da imprensa informar sobre as práticas lesivas ao meio ambiente, alertar quanto aos seus efeitos sobre os ecossistemas e contribuir para a educação da sociedade.
10. O trabalho jornalístico deve estar comprometido com a promoção da qualidade de vida plenária nas diversas fases de produção e veiculação da notícia.
11. A imprensa tem o dever de expressar a pluralidade de pontos de vista sobre os assuntos de meio ambiente e de desenvolvimento.
12. Ao jornalista deve ser garantida a liberdade e meios de desenvolver pesquisa e reunir informações. Isto é necessário para a análise precisa das políticas e práticas governamentais e privadas em assuntos de meio ambiente e desenvolvimento.
13. É inerente ao trabalho do jornalista agir de acordo com os princípios éticos, e a ele deve ser garantido o direito de recusar trabalhar contra esses princípios ou revelar fontes de informação.
14. É parte integral dos deveres do jornalista e dos meios de comunicação social o respeito pelo direito dos indivíduos à privacidade e à dignidade humana.

Recomendações

1. Empreender esforços para a inclusão de propostas na agenda 21 da Conferência Rio 92, visando uma atuação democrática e eficiente dos meios de comunicação social nos assuntos relativos ao meio ambiente e desenvolvimento.
2. Conclamar as Nações Unidas e suas organizações regionais e outras à convocação de conferências e reuniões periódicas para debates internacionais e lo-

cais sobre o papel da Comunicação Social nas questões ambientais e de desenvolvimento.

3. Promover discussões entre os profissionais de comunicação de todo o mundo sobre a necessidade de se estabelecer um Código de ética sobre Comunicação Social, Meio ambiente e Desenvolvimento, além de propor outras medidas que aperfeiçoem a atuação dos profissionais e dos meios de comunicação nesta questão.
4. Viabilizar e buscar recursos para a constituição de uma rede mundial de jornalismo ambiental, independente de interesses privados ou governamentais. Viabilizar, ainda, a criação de uma agência de informações ecológicas, que permita o intercâmbio e o acesso irrestrito dos profissionais e estudantes de Comunicação Social a todas as informações sobre assuntos de meio ambiente e desenvolvimento.
5. Estabelecer formas de cooperação entre os povos que lhes assegure o uso das tecnologias de comunicação para a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento. Neste sentido, trabalhar para permitir o acesso das nações aos satélites de comunicação, aos modernos sistemas eletrônicos de informação, à informática e a outros recursos, tendo em vista a criação de sistemas que atendam aos interesses das sociedades.
6. Incentivar a produção e a divulgação de notícias dos países em desenvolvimento, promovendo sua autonomia em relação às mensagens culturais, científicas e informativas dos países desenvolvidos.
7. Criar mecanismos para que as responsabilidades e deveres da Comunicação Social sejam cumpridas promovendo formas de participação da sociedade nos meios de comunicação, por meio de representantes de seus diversos setores incluindo os conselhos de imprensa, conselhos de redação e a instituição do **ombudsman**.
8. Desenvolver mecanismos para proporcionar aos estudantes e profissionais da comunicação treinamento e formação continuada em assuntos ambientais e de desenvolvimento.
9. Propiciar a organização de uma Vigília Internacional para acompanhar o cumprimento dos compromissos assumidos pelos governos em níveis nacionais, tratados e convenções internacionais sobre sociedades sustentadas, visando principalmente os interesses de gerações futuras.

